



**As linhas defensivas entre o século XVII e Napoleão**  
Congresso Internacional de Arqueologia e História  
Portugal, 1-2 de Setembro de 2017

# Comunicações



## A Defesa da Beira

António Mascarenhas

Tenente-General do Exército (Reserva)

Nascido a 27 de março de 1951 em Vila Nova da Barquinha. Fez a primária em Coruche, o liceu em Torres Vedras e a universidade em Lisboa – é licenciado em Ciências Militares e Engenharia (Civil-Estruturas). Reformado desde 27 de março deste ano (2017). Profissionalmente foi militar, desempenhando em todos os postos funções de comando (e outras como professor na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares, na organização das operações da ONU para Moçambique – ONUMOZ e para Angola – UNAVEM, em diversas atividades e exercícios da OTAN e adjunto do Ministro da Defesa). Como engenheiro foi responsável pela execução, projeto, fiscalização, direção e coordenação de obras e por fim foi o Diretor de Infraestruturas do Exército. Nesta função dirigiu o projeto SidCarta destinado ao estudo e preservação da cartografia histórica do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Participou durante vários anos na preparação e execução das atividades comemorativas dos 200 anos da Guerra Peninsular colaborando e cooperando com as autarquias e outras entidades interessadas, estudando em particular as Linhas de Torres Vedras. Com o posto de Tenente-General foi Comandante da Instrução e Doutrina, Diretor Honorário da Arma de Engenharia, Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército e Inspetor-Geral do Exército. Fora das Forças Armadas foi Vice-Presidente do Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência da Presidência do Conselho de Ministros e nos últimos anos de carreira foi Juiz Militar do Supremo Tribunal de Justiça.

**Resumo:** Beira foi sinónimo de fronteira, fronteira não linear mas sim uma faixa fronteiriça. O conceito surgiu no período da reconquista cristã da Península Ibérica durante o século IX. Foi uma criação de condes e outros tenentes de entre Minho e Douro.

Em 1055 iniciaram-se as campanhas da Beira: primeiro foi conquistada Seia e depois os castelos da fronteira do Côa a que se seguiram os castelos de Ranhados e de Marialva; em 1057 foi

conquistada Lamego, em 1058 Viseu, e em 1064 Fernando I o Magno tomou Coimbra.

Com D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, prosseguiu a conquista da Estremadura, por um lado a caminho de Lisboa e por outro a caminho de Tomar. Esta direção por Tomar, conduziu á percepção de que dali se seguiam os caminhos do sul para o coração da Taifa de Badajoz e do Al-Garb. A nova fronteira passou a ser o Tejo. Subindo o seu curso aproximaram-se do Côa e da



Beira conquistada. Com o Tejo a sul e o Côa a leste foi reconhecida a importância de fronteiras físicas para a defesa do Reino. A defesa do Reino passava novamente pela Beira – a leste defendia da vizinha Castela-Leão e a sul dos muçulmanos.

Após a queda do Reino de Granada a Beira continuará a ser área de defesa contra Castela.

No século XVII a Beira contribuirá para a defesa da Restauração da Independência.

No século XVIII é na Beira que se inscrevem as manobras do Conde de Lippe na chamada Guerra Fantástica e no século XIX é a vez do Marquês de Alorna aí defender a fronteira contra forças

francesas de apoio ao Exército de Godoy (Guerra das Laranjas). Poucos anos depois passaram pela região as operações da 1ª e 3ª invasões francesas.

A Beira foi verdadeiramente uma região tampão e de defesa do litoral e da capital. Hoje praticamente sem estruturas militares é no entanto rica em História em especial do período da formação de Portugal.

**Palavras-chave:** Beira, reconquista cristã da Península Ibérica, Guerra da Restauração, Guerra Fantástica, Conde de Lippe, Guerra das Laranjas, Marquês de Alorna, Guerra Peninsular, Junot, Massena, Wellington.



## A Linha Defensiva das Talhadas-Moradal: Arqueologia e História

Mário Jorge Mascarenhas Monteiro

Arqueólogo, Associação de Estudos do Alto Tejo, Campo Arqueológico de Proença-a-Nova

Nascido em 1965, em Lisboa, é licenciado em História, Variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2003. Arqueólogo da EMERITA – Empresa Portuguesa de Arqueologia e colaborador da AEAT - Associação de Estudos do Alto Tejo. Desenvolve actividade no âmbito da arqueologia empresarial, com direcção e participação em todo o tipo de intervenções arqueológicas. Dirige o projecto de investigação da Linha Defensiva das Talhadas-Moradal (século XVIII-XIX). Participou e apresentou comunicações nos mais variados eventos sobre arqueologia, tendo artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, assim como em actas e monografias.

**Resumo:** A Arqueologia e a História complementam-se. A primeira estuda os vestígios materiais que jazem no terreno, a segunda os acervos documentais deixados por quem viveu o momento, a conjuntura, ou sobre eles escreveu. Em ambos os casos nós, no presente, questionamos, duvidamos, interpretamos ... o que nos foi legado.

A Linha Defensiva das Talhadas-Moradal foi criada no âmbito da Guerra dos Sete Anos, em 1762, por ordem do Marechal-General Conde de Schaumbourg-Lippe, estratega contratado para comandar as forças portuguesas contra o invasor. Estabelece o quartel-general em Abrantes (considerada uma porta para Lisboa no corredor da Beira Baixa) e decide fortificar as serras das

Talhadas e do Moradal, para onde se dirigia o invasor. Cria assim uma linha defensiva com aproximadamente 50 km de extensão, entre o Tejo e o Zêzere, constituída por diversos tipos de redutos, aproveitando as formações naturais do terreno e os obstáculos que dificultavam a progressão do invasor.

Em 1801 dá-se a Guerra das Laranjas, tendo a defesa da Beira Baixa sido organizada e comandada pelo Marquês d'Alorna. Neste ano a linha defensiva é reestruturada e equipada com novas estruturas.

São estas as duas fases em que a História menciona as estruturas da linha defensiva e a sua utilização. São estas as duas fases que a Arqueologia identificou nos trabalhos realizados no Forte das



Batarias I e, muito provavelmente, na Bateria das Batarias I. Só o cruzamento dos dados Arqueológicos e dos Históricos nos permitiram alcançar uma interpretação convincente, ainda que a dúvida mine sempre alguns meandros.

**Palavras-chave:** linhas defensivas, serra das Talhadas, serra do Moradal, estruturas militares, Conde de Schaumburg-Lippe.



## O conde de Lippe em Portugal e o seu pensamento militar e político de 1762 a 1777

Fernando Dores Costa

Investigador de História Social Portuguesa

Doutorado em Sociologia e Economia Históricas pela Universidade Nova de Lisboa com pós-doutoramento no Departamento de História do ISCTE. Investigador desde há mais de trinta anos de vários temas de história social portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, membro do Instituto de Sociologia Histórica da UNL (até 2007), do Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE (até 2013) e presentemente do Instituto de História Contemporânea da UNL. Autor ou co-autor de 4 livros, entre os quais, *A Guerra da Restauração – 1641-1668* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), *Insubmissão. A aversão ao serviço militar em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010) e *D. João VI. Um príncipe entre dois continentes* (Círculo de Leitores, 2006; edição brasileira, São Paulo, 2008) e de cerca de 60 outras publicações, destacando “The Peninsular War as a diversion and the role of the Portuguese in the British strategy”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol.12, nº1, 2013.

**Resumo:** O conde reinante de Schambourg-Lippe veio em 1762 a Portugal em missão da diplomacia inglesa para organizar a defesa desse reino periférico contra as forças franco-espanholas no ano final da Guerra dos Sete Anos. Considerada a ausência de tradição e de preparação dos portugueses, a tarefa do conde não se apresentava fácil, face ao escasso número de tropas. A opção era o acampamento em um posição central do território para tentar acudir à frente que fosse opção do inimigo e o lançamento de forças sobre os caminhos do inimigo. Abrantes era essa posição

central e entre ela e as fronteiras encontrava-se um espaço, a margem direita do rio Tejo, de travessia penosa.

A particularidade táctica de Portugal, pequeno país, residia na grande dificuldade em percorrer o espaço entre as fronteiras e a capital, Lisboa, qualquer que fosse o ponto de partida, o Alentejo, a Beira Baixa ou a Beira Alta.

Mas, mesmo depois de regressar à Alemanha, Lippe continuou a pensar na inovação que possibilitasse a melhoria da capacidade defensiva de Portugal, sobretudo nas planícies que impediam as acções de guerrilha de que tomara conta em 1762.



## A Guerra Fantástica – Os Planos da Ofensiva e da Defesa na Campanha (1762)

António Martins Barrento

General do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento nasceu em Estremoz, em 1938. Licenciado em Ciências Militares, tem o Curso de Estado-Maior e o Curso Superior de Guerra (Paris). Tem quatro comissões no antigo Ultramar Português, em Moçambique, Angola e Timor. Foi professor do Instituto de Altos Estudos Militares, e professor catedrático convidado do ISCSP / UTL. Como oficial general desempenhou funções na NATO e foi General Chefe do Estado-Maior do Exército de 1998 a 2001. É membro do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar; é sócio da Revista Militar, de que foi Presidente da Assembleia Geral; da Sociedade de Geografia, de que foi Vice-Presidente; e é Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História. Proferiu conferências em múltiplos “fora” e é autor de uma centena de participações em livros temáticos e de artigos publicados em diversas revistas. Tem publicados sete livros sobre assuntos militares, história e estratégia.

**Resumo:** Uma das razões pelas quais a Guerra dos Sete Anos em Portugal foi designada por “Guerra Fantástica” foi ter havido muitos movimentos, muita manobra, por parte dos Exércitos em presença mas nunca ter acontecido a batalha. Isto não significa, porém, que de parte a parte não tenham existido planos. De facto, o invasor, o Exército Franco-Espanhol, inicialmente a Norte do Douro, depois na Beira e já no final no Alto Alentejo, tinha planos dos quais se conhece alguns detalhes, na correspondência trocada com a Corte em Espanha. Igualmente por parte do Conde de Lippe, Comandante do Exército Anglo-Luso, desde logo inicialmente na posição de expectativa estratégica na região de Abrantes, Tomar,

Golegã e depois, de modo reactivo, em função das intenções do inimigo, foram traçados planos para a condução da guerra.

Esta comunicação tem por finalidade apontar as principais ideias constantes destes planos, que, não tendo conduzido à batalha, mas apenas a alguns combates, acabaram por determinar as manobras efectuadas e permitiram a defesa de Portugal sem baixas e danos excessivos.

**Palavras-chaves:** Intenções; Movimentos; Expectativa Estratégica; Terreno; “Talhadas”.



## Caminhos do Marquês de Alorna – Um mapa inédito da Linha de Talhadas

José Norton

Investigador em Arqueologia e História

José Norton, economista de 72 anos, licenciado pelo ISCEF em 1971, para além da actividade profissional sempre se dedicou à investigação arqueológica e histórica. Nesse âmbito tem publicado diversos trabalhos científicos e dezenas de artigos de divulgação em jornais e revistas tendo colaborado de 2002 a 2004 no “Actual”, suplemento cultural do semanário Expresso. Frequentou curso superior de História completou o Curso de Gestão das Artes CCB/Columbia University 1998. Colaborou ainda com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Como membro da Sociedade de Geografia, foi secretário da respectiva Secção de Arqueologia durante vários anos. Recentemente tem publicado diversos trabalhos na área da biografia histórica: Norton de Matos – Fronteiras do Tempo (Bertrand 2002, Leya 2016); Pina Manique (Bertrand 2004); O Último Távora (Leya 2008, Planeta\_Brasil 2008, [Минувшее](#) – Rússia 2012); O testamento político do Marquês de Alorna (Tribuna da História 2008); O Milionário de Lisboa – Biografia do Conde de Farrobo (Leya 2010); Juliana, Condessa Stroganoff (Leya 2012), menção honrosa do prémio anual do Grémio Literário de 2012.

**Resumo:** A descoberta no arquivo dos Condes da Ribeira Grande de um mapa inédito da região de Proença/Talhadas/Castelo Branco, contemporâneo da Guerra das Laranjas, levou-me a rever algum do material que utilizei na investigação que serviu de base à biografia do Marquês de Alorna, publicada sob o nome de “O Último Távora”, nomeadamente a sua correspondência dessa época.

Embora a actuação do exército português naquele episódio não tenha sido tão desonrosa como algumas vezes se divulgou - na época e na historiografia - e ainda que se compreenda que as vantagens políticas se sobrepusessem ao brilho das acções

militares evitando, quem sabe, males maiores, a verdade é que no seu todo a campanha deixou um travo amargo e ninguém mais e melhor do que o Marquês de Alorna exprimiu essa frustração.

A leitura mais alargada da correspondência que trocou com familiares e amigos nessa época, que este Colóquio em boa hora estimulou, ilustra bem os sentimentos de revolta e desencanto que fizeram aquele militar e nobre português percorrer o trágico caminho dos seus últimos anos de vida até encontrar a morte na retirada da Rússia.

**Palavras-chave:** Alorna; Napoleão; guerra.





## A Cidadela de Burgos: Machu Pichu espanhola

Charles J. Esdaile

Professor na Universidade de Liverpool

Charles Esdaile nasceu em agosto de 1959 em Epsom, Surrey, Inglaterra. Desde fevereiro de 2017 é Presidente da Comissão Britânica de História Militar. Estudou na Universidade de Lancaster onde obteve, primeiramente, com distinção, a licenciatura em História e, posteriormente, o grau de Doutor sendo o tema da sua tese o Exército Espanhol no período de 1788-1814. Embora tenha desempenhado funções nas Universidades de Durham e Southampton, presentemente está vinculado ao Departamento de História da Universidade de Liverpool. Conhecido pelo seu trabalho associado à Guerra Peninsular, tem estudado indissociavelmente sobre o período napoleónico. Entre 2008 e 2015, foi Vice-Presidente da Comissão Académica da Guerra Peninsular 200, prestando assessoria ao Ministério da Defesa britânico na coordenação das comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular.

**Resumo:** Em novembro de 1808, Napoleão Bonaparte entra na cidade espanhola de Burgos após a derrota do Exército da Extremadura em Gamonal. Consciente de que a cidade era um centro de comunicações vital ordena a construção de uma cidadela numa colina sobranceira com vista para a cidade. Apesar de incorporar as ruínas de um castelo e parte da muralha da cidade a sua edificação assenta em linhas concêntricas de terraplanagem para formar um baluarte. Após a conquista de Burgos, Napoleão toma Madrid, e deste ponto as suas tropas começaram a espalhar-se por toda a Espanha. Porém, quanto mais os franceses avançam mais vulneráveis se tornam às incursões de guerrilha e contra-ataques repentinos, e as cidades que não possuem fortificações militares são dotados de fortalezas como o modelo pioneiro de Burgos (são disso exemplo Madrid, Sevilha, Salamanca e Jaén). Poucos são os vestígios dessas fortificações que chegam até aos nossos dias. Mas graças a uma série de acidentes históricos e geográficos o de Burgos permaneceu escondido por uma densa floresta e no completo desconhecimento quer para as autoridades quer para a população. Este artigo examinará a história da fortaleza, descreve as ruínas e analisa o contributo da arqueologia para a compreensão do sítio.

**Palavras-chave:** Guerra Peninsular; arqueologia; Napoleão Bonaparte; Duque de Wellington; cerco de Burgos 1812.



## Espionagem e cartografia no planeamento das invasões

Juan Manuel Abascal

Professor Catedrático de História Antiga na Universidade de Alicante

Catedrático de Historia Antigua de la Universidad de Alicante desde el año 2001. Académico correspondiente de la Real Academia de la Historia. Miembro correspondiente del Deutsches Archäologisches Institut. Co-editor del Corpus Inscriptionum Latinarum (Berlin Brandenburg. Akad. der Wiss.) Autor de algo más de 40 libros y más de 250 artículos en revistas científicas, volúmenes colectivos y actas de congresos, fundamentalmente dedicados a la historia de la Hispania romana y a las inscripciones romanas de la Península Ibérica. Algunos títulos de libros: *La ciudad hispanorromana: privilegio y poder* (1989); *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania* (1994); *Segobriga y su conjunto arqueológico* (1999); *Epigrafía Hispánica en la Real Academia de la Historia* (2000); *El arco romano de Medinaceli (Soria, Hispania Citerior)* (2002); *Manuscritos sobre Antigüedades de la Real Academia de la Historia* (2005); *Monedas antiguas de los Museos de Elche* (2007); *Segobriga IV. Hallazgos monetarios* (2008); *Marvão e Ammaia ao tempo das guerras peninsulares* (2009); *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801* (2009); *Segobriga V. Inscripciones romanas (1986-2010)* (2011); *Edición crítica del manuscrito de Ambrosio de Morales, Las antigüedades de las ciudades de España* (2012); *Inscripciones romanas de la provincia de Toledo* (2015); *Estudios sobre la tradición manuscrita de la epigrafía hispano-romana* (2015).

**Resumén:** José Cornide (La Coruña, 1734 - Madrid, 1803), miembro de la Real Academia de la Historia, recorrió Portugal entre octubre de 1798 y marzo de 1801. La misión oficial del viaje consistía en buscar documentos de Alfonso X en Lisboa, tal y como se acordó con el gobierno portugués; de manera secundaria, se le autorizó a recorrer todo el país y a tomar nota de sus antigüedades.

El viaje, sin embargo, tenía carácter político y había sido impulsado por Godoy y por Urquijo, que encomendaron secretamente a Cornide una inspección ocular de las defensas militares

portuguesas y que convirtieron a este intelectual en una suerte de espía y anticuario. La expedición contó con el apoyo en Lisboa del propio primer ministro, Luis Pinto de Sousa, y en Beja con el del eminente prelado e intelectual Manuel de Cenáculo. El viaje coincidió en el tiempo con el traslado del Duque de Frías a la embajada española en Lisboa, quien conocía la misión secreta de los viajeros.

En 1799 Cornide viajó por el Alentejo y el Algarve; al año siguiente, se internó en el Algarve y luego giró hacia el norte para bajar por el Tajo a la capital. El tercer viaje le llevó hacia la Beira para continuar



por Guarda y Viseu hacia Oporto; luego recorrió la región de Braga y Guimarães y alcanzó la Geira.

Los documentos de Cornide incluyen lo siguiente: 1. *Introducción a la Memoria sobre el modo de hacer la guerra a Portugal; y a la descripción de sus Plazas fronterizas*. 2. *Observaciones sobre el modo de hacer la guerra contra el reino de Portugal*. 3. *Noticia de las Plazas fronterizas del reino de Portugal y terreno intermedio*. 4. *Carta al Duque de Frías sobre la forma y modo de invadir Portugal*.

5. *Relación de las Plazas fuertes y Baterías del Reino de Algarbe en el año de 1792*. 6. *Noticia de las plazas y fortificaciones de Portugal. Provincia de Alem-Tejo*.

También hay planos de las fortificaciones de Lisboa, Setúbal, Olivenza, Estremoz, Elvas, Campo Maior, Portalegre, Vila Viçosa, Aronches, Évora, S. Julião da Barra, Moura, Vila Nova de Cerveira, Castelo Branco y Vila Farinha.



## Linhas Defensivas Terrestres na Guerra da Restauração

Abílio Pires Lousada

Historiador Militar. Tenente-Coronel do Exército (Reserva)

Historiador Militar, Tenente-Coronel do Exército na reserva, com os cursos de Infantaria da Academia Militar, Estado-Maior Conjunto (IAEM) e Estado-Maior (IESM). Foi professor de História Militar na Escola Superior Politécnica do Exército, Instituto de Estudos Superiores Militares e Escola Superior de Guerra de Luanda. Mestre em Estratégia e pós-graduado em História Militar, é autor/coautor de 14 livros e de mais de 50 artigos nestas áreas, em jornais, revistas militares e académicas e actas de colóquios Militares, universitários ou municipais. Autor da obra «*Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*», tem no prelo (Editora Manuscrito/Presença) a obra «*Glórias – Desaires – Ilusões da História Militar de Portugal*». Agraciado com o Prémio Defesa Nacional (2007) e 1.º Prémio Literário Jornal do Exército (2008). Sócio fundador da Associação Ibérica de História Militar, Sócio Efectivo da Revista Militar e da Liga dos Combatentes (núcleo de Mafra).

**Resumo:** Após o 1.º de Dezembro de 1640, a premência da guerra obrigou os Restauradores a reestruturar o Estado, a organizar militarmente a Nação e a fomentar alianças internacionais. Militarmente, Lisboa adotou uma estratégia defensiva, barrando as penetrantes fronteiriças, de forma a evitar que o Reino se tornasse num campo de batalha; Madrid, empenhada na Guerra dos Trinta Anos e a braços com a insurreição catalã, enveredou pela ameaça direta, mantendo Portugal sob pressão militar.

Durante o reinado de D. João IV (1640-1656), a guerra foi marcada pelas investidas de cavalaria, morticínios praticados pela tropa apeeda, saque do gado, queima das culturas cerealíferas e devastação das povoações. Assistiu-se a uma guerra de usura em

todas as áreas da raia, de Entre Douro e Minho ao Alentejo. Não é possível, nesta fase, descrever uma batalha campal capaz de caracterizar uma ordem de batalha ou assente na arte operacional.

Numa 2.ª fase, os contendores definiram objetivos estratégicos a atingir, a guerra foi travada através efetivos militares mais numerosos e as manobras táticas conduziram a um conjunto de batalhas campais, com destaque para Linhas de Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo, Montes Claros. Com destaque para as ocorrências na faixa entre a *Extremadura* castelhana e o Alentejo português, a condução das operações desenrolou-se em torno das praças-fortes, a partir de Badajoz-Elvas.



Centrada na análise da Zona de Operações Terrestres no contexto da Guerra da Restauração, a comunicação disserta sobre o sistema defensivo de fronteira destinado a barrar os eixos de aproximação do inimigo. Neste contexto, a região do Minho, de Trás-os-Montes, a fronteira da Beira Baixa e do Baixo Alentejo foram assumidas como áreas de menor probabilidade para o inimigo exercer o esforço da ofensiva. Já os teatros da Beira Alta e do

Alto Alentejo eram os mais prováveis, sendo neles que devia incidir a organização defensiva, de modo a negar o interior do território ao invasor. Para o efeito, Restauradores ergueram fortificações, reconstruíram praças-fortes, desenvolveram linhas abaluartadas, canalizaram tropas e instigaram as populações das áreas raianas mais vulneráveis e de provável utilização pelos exércitos inimigos a uma defesa tenaz.

**Palavras-chave:** Guerra da Restauração; Forças militares; Zona de Operações Terrestre; Sistema abaluartado.



## Rota Histórica das Linhas de Torres: (re)descoberta de um património cultural europeu comum

Ana Umbelino

Vice-Presidente da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres Vedras e Vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras

Ana Umbelino licenciou-se em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e finalizou o Mestrado em Ciências da Educação (área de especialização Formação de Adultos), na mesma Faculdade. Concluiu o curso em História de Arte em Portugal e frequenta actualmente o curso História de arte na Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa. Foi docente no Instituto Superior de Línguas Aplicadas (ISLA); participou, na qualidade de oradora, em congressos internacionais na área da Intervenção com famílias e da Terapia Familiar e publicou artigos em revistas internacionais como o Journal of Family Psychotherapy. Integra os quadros da Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste, onde se dedicou a projetos no domínio da Educação e Formação de Adultos, até ser requisitada para a Câmara Municipal de Torres Vedras. Colaborou, durante esse período, com a Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos, a Direção Geral de Formação Vocacional, o Centro Nacional de Formação de Formadores e a Agência Nacional para a Qualificação. Desempenhou funções de adjunta do presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras. É presentemente vereadora das áreas da Cultura, Património Cultural, Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Torres Vedras. É vice-presidente da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, vice-presidente da Rede de Judiarias de Portugal; pertence ao Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) em Portugal, em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e integra a Comissão Interministerial do Plano Nacional de Leitura 2027 em representação das autarquias locais.

**Resumo:** A Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras (RHLTV) corporiza um projecto de salvaguarda, conservação, restauro, reabilitação, valorização e divulgação do património integrante das Linhas Defensivas de Lisboa, consagradas como Linhas de Torres Vedras.

Referência incontornável na engenharia e arquitectura militares, o referido dispositivo baqueou, na Idade Contemporânea, uma das maiores investidas imperiais que o continente europeu conheceu, a expansão napoleónica, pelo que se inscreve indelevelmente na Memória, História e Identidade Europeias, configurando um legado comum numa Europa reencontrada.



O conjunto monumental composto pelas fortificações sobreviventes do sistema defensivo das Linhas uniu, de forma cúmplice e determinada, seis municípios num projecto primordialmente motivado por imperativos éticos de salvaguarda. A par do investimento municipal, o projecto concitou financiamento por parte do EEA Grants, beneficiou do competente acompanhamento técnico preconizado pelo IGESPAR, da parceria do Exército Português e de uma íntima relação com uma rede de instituições produtoras de conhecimento indutora de valor. De forma especular, tal como as Linhas de Torres Vedras foram fruto de um processo de aglutinação de diversos contributos, o projecto de construção da RHLT, enquanto produto turístico-cultural, resulta também ele de um processo de co-autoria, assente num modelo conceptual eclético integrativo. Sob a égide de um referencial comum, entre 2007 e 2011, concretizaram-se mais de uma centena de acções materiais e incorpóreas agregadas num plano estratégico global,

que contemplava operações transversais e específicas a cada município, atentas as idiosincrasias locais.

Desconstruir o itinerário percorrido, fazendo emergir as opções, o modelo de governança, a dialéctica construída em torno deste *work in progress* pontua como intenção matricial da comunicação que nos propomos apresentar. De forma ciclópica, almejamos iluminar as diferentes visões, discursos, racionalidades e *apports*, provindos de diversos domínios do saber, que se condensam num projecto comum de desenvolvimento sustentável ancorado no património, gerador de compromissos entre diferentes actores e harmonizando dimensões aparentemente antinómicas que, outrossim, se reforçam e complementam criando um pólo integrado de desenvolvimento endógeno.

**Palavras-chave:** Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras; Turismo sustentável; Turismo militar; Rota turístico-cultural; Invasões napoleónicas.



## O Conde de Lippe: príncipe reinante de um microestado e líder militar ‘excêntrico’

Martin Rink

Historiador no Centro de História Militar e Ciências Sociais da Bundeswehr. Tenente-Coronel na reserva

Nasce em 1966 em Kaufbeuren/Baviera. Entre 1985-1996 esteve ao serviço das Forças Armadas alemãs (Bundeswehr) sendo o seu último posto Comandante de uma companhia de paraquedistas. Presentemente é Tenente-Coronel na reserva. De 1989 a 1993 estuda História, Economia e Ciências Sociais na Universität der Bundeswehr, Munique. E obtém o grau de Doutor em 1998. Em 2000 alcança o 2.º lugar no Werner-Hahlweg-Prize, distinção atribuída pelo seu contributo para a História Militar. Entre 1999 e 2009 desempenha funções de editor e historiador de uma publicação eletrónica. Desde 2005 é professor associado na Universität Potsdam e desde 2009 na Universität der Bundeswehr. Desde 2009 é historiador do Instituto de Pesquisa Militar (MGFA), agora Centro de História Militar e Ciências Sociais da Bundeswehr (ZMSBw). Interesses de pesquisa: história de conflitos assimétricos e da história contemporânea da Bundeswehr. Atividades recentes: Concepção e organização da 58ª Conferência Internacional de História Militar: "Missões sem guerra? O militar, a sociedade e a semântica sobre a história da Bundeswehr após 1990. Publicações recentes: Die Bundeswehr. 1950/55-1989/90 (= Militärgeschichte kompakt, Bd 6), München 2015; Die Völkerschlacht bei Leipzig. Verläufe, Folgen und Bedeutungen 1813 – 1913 – 2013, ed. with Martin Hofbauer, München 2017 (The Battle of the Nations at Leipzig, Processes, Consequences, Meanings); Gewaltunternehmer im 17. Jahrhundert. Nordafrikanische Korsaren zwischen (Klein)Krieg, (Raub)Handel und Piraterie. In: Zwischen Opfern und Tätern. Gewaltbeziehungen und Gewaltgemeinschaften, ed. by Philipp Batelka, Michael Weise und Stephanie Zehnle, Göttingen 2017, p. 149-182 (= 17th Century Entrepreneurs of Violence: North-African Corsairs between (small) Wars, (violent) Commerce and Piracy.); La guerre de libération et la petite guerre, 1807-1813. Entre regularisation tactico-organisatoire et la guerre à outrance au sein des cabinets. In: Revue historique des Armées, Armées, No 286 1(2017), p. 83-100 (English as: The German wars of liberation 1807 – 1815: The restrained insurgency. In: *Small Wars and Insurgencies in Theory and Practice*, ed. Beatrice Heuser, London, New York 2016, p. 92-106; (also in *Small Wars & Insurgencies*, 2014 Vol. 24, No. 4, p. 828–842); „An der Spitze des Fortschritts“? Die preußischen Reformer und die Bundeswehr. In: Die Napoleonischen Kriege als Erinnerungsort, ed. by Caroline Klausung und Verena von Wiczlinski, 2017, p. 121-170 (= „At the top of Progress“? Early 19th Century Prussian Reformers and the Bundeswehr)





**Resumo:** Como governante do condado de Schaumburg-Lippe, Wilhelm Conde Schaumburg-Lippe (1724-1777) parece ser um exemplo típico de um “príncipe” da Alemanha do século XVIII num território de apenas 17.000 habitantes. Sendo um formidável cavaleiro, um apaixonado por música e por literatura, combina filosofia e capacidade de líder militar da mesma maneira que Frederico o Grande da Prússia. Além disso, não esconde a sua ambição de carácter nobiliárquico perante oficiais superiores ou colegas.

Cumpriu serviço militar nos principais territórios e criou um exército no seu condado que empurrou para o período de guerra com cerca de 1.240 homens - cerca de 7% da população do seu território. Este esforço só poderia ser mantido por um sistema de recrutamento que antecede o serviço militar obrigatório que se tornou o modelo dos exércitos europeus desde as guerras revolucionárias francesas no pós 1792.

Além disso, William vocaciona seu exército para aspetos técnicos. Como parte das forças da Coligação comandadas por Ferdinand Duque de Brunswick, o seu exército contribuiu para o corpo de

artilharia e de engenharia treinado profissionalmente, que lutou no lado prussiano e britânico da Guerra dos Sete Anos no noroeste da Alemanha. Nesta campanha, William conseguiu um sucesso notável ao comando da artilharia no triunfo de Ferdinand na batalha de Minden em 1 de agosto de 1759. Depois de ter servido como líder militar independente na Alemanha é-lhe oferecido o comando do exército português em 1762, onde iniciou profundas reformas.

De regresso a casa, o Conde William concentrou-se na defesa territorial: a fortaleza Wilhemstein, onde estabelece uma academia militar. Algumas das vertentes do seu espírito militar “iluminado” são assumidas pelo seu mais famoso aluno Gerhard von Scharnhorst, que iniciou as Reformas Prussianas de 1813. E muitos dos aspetos aparentemente “excêntricos” de seu pensamento militar acabaram por ser as raízes da inovação do século XIX.

**Palavras-chave:** William, Conde de Schaumburg-Lippe; Pensamento militar “iluminado”; serviço militar obrigatório; Gerhard von Scharnhorst; Reformas Prussianas.



## Presença militar estrangeira no Exército Português, do século XVII a Napoleão

Rui Moura

Major-General do Exército (Reserva)

Consultor do Conselho de Administração de grupos empresariais portugueses nas áreas de novas tecnologias, defesa e segurança. Durante a sua carreira militar desempenhou funções de Comandante Operacional e da Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana; de Diretor de Administração dos Recursos Humanos do Exército. Exerceu igualmente os cargos de Chefe da Divisão de Pessoal e Instrução do Estado-Maior do Exército; de Chefe da Repartição de Operações Conjuntas do Quartel-General Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), em Mons na Bélgica; de Comandante do Regimento de Infantaria 14, em Viseu; de Professor e Coordenador da Área do Exército do Instituto de Estudos Superiores Militares; de Chefe de Estado-maior da Brigada Mecanizada Independente; de Oficial de Exercícios da Partnership Coordination Cell (NATO); e de Professor do Instituto de Altos Estudos Militares, entre outras. Foi consultor da INTERPOL e membro do Worldwide Public Safety and Justice Advisory Council, entre outras funções nacionais e internacionais na área da Segurança e Defesa. É orador em Congressos, Colóquios e Seminários, nacionais e internacionais, sobre assuntos de defesa, de segurança interna e de história militar. Tem publicado livros, capítulos de livros e diversos artigos e comunicações em publicações militares e académicas de referência. É sócio efectivo da Revista Militar, da Sociedade de Geografia de Lisboa e membro do Information Systems Governance European Club - ceGSI / ISGec. Está habilitado com o curso Top Senior Police Officers – TOPSPOC da CEPOL, o Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Estudos Superiores Militares e o Curso de Estado-maior do Instituto de Altos Estudos Militares, para além dos cursos de Oficial de Infantaria (Basic e Advanced), de Rangers e de Paraquedismo, do Exército dos Estados Unidos da América, entre outros. É licenciado em Engenharia de Sistemas e tem uma pós-graduação em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas, no Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa. Participou em missões militares de curta duração em Angola, Moçambique, Albânia, antiga Republica Jugoslava da Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Paquistão.

**Resumo:** A formação do “estado moderno” europeu, no século XVI, conduziu à constituição de exércitos que se pretendia que fossem nacionais, permanentes e profissionais. No entanto numa fase inicial quase sempre existia um forte recurso a mercenários ou a

corpos de tropas de países aliados, pelo que a presença de militares estrangeiros nos exércitos era bastante comum. Esta presença verificava-se através da contratação de comandantes supremos e de oficiais profissionais, com provas dadas em guerras



e batalhas, do recrutamento de soldados ou mesmo da incorporação de unidades completas.

Em Portugal a desorganização do Exército e a carência de efetivos, em quantidade e qualidade, principalmente de generais e de oficiais superiores, tem sido sempre foi notória ao longo dos tempos.

Na metrópole contrataram-se para organizar e comandar o Exército, generais e comandantes-em-chefe como o Duque de Schomberg (1615-1690), o Conde de Lippe (1724-1777) e o Marechal Beresford (1785-1830), bem como oficiais superiores recrutados para organizar, instruir, treinar e comandar unidades portuguesas. Nalguns casos, foram efetuados tratados que

envolveram a presença de unidades militares estrangeiras para participar em campanhas militares em território português. Nas colónias, como por exemplo no Brasil, Angola, Moçambique e Índia, eram recrutados autóctones para suprir as carências em pessoal das unidades militares.

Esta comunicação pretende abordar os casos de presença militar estrangeira, no Exército Português, verificados entre a Guerra da Restauração (1640) e o período napoleónico (1815), e analisar as suas causas e consequências.

**Palavras-chave:** exército português; militares estrangeiros; séculos XVII-XIX.



## «Sire, c'est une guerre que fait horreur». Los asedios napoleónicos en España (1808-1812)

Miguel Ángel Melón Jiménez

Professor catedrático de História Moderna na Universidade de Extremadura (Espanha)

Miguel Ángel Melón Jiménez es Catedrático de Historia Moderna en la Universidad de Extremadura (España). Su línea central de investigación se orienta al estudio de las fronteras del Imperio español, con especial atención sobre la de Portugal. Fruto de ello son los libros *Hacienda, comercio y contrabando en la frontera de Portugal, siglos XVI-XVIII* (1999) y *Los tentáculos de la Hidra. Contrabando y militarización del orden público en España, 1784-1800* (2009), así como medio centenar de artículos, entre los que destacan "Badajoz (1811-1812). La resistencia en la frontera" (2012); "The Spanish-Portuguese Frontier (1297-1926). Identity in the half way between dialogue and settlement of accounts" (2014); "Un juego diplomático plagado de incertidumbres. Las negociaciones que precedieron al comienzo y al final de la guerra entre España y Portugal, 1762-1763" (2016), y "La guerra vista desde las atalayas de la frontera. La correspondencia del comandante general de Extremadura, 1761-1763" (2017).

**Resumén:** Durante la guerra de la Independencia española (1808-1814), los asedios contra las ciudades se convirtieron en una parte decisiva del conflicto. El autor plantea un estudio comparativo de los llevados a cabo por las tropas francesas contra Zaragoza, Gerona y Cádiz, así como del que sufrió la ciudad de Badajoz entre enero y marzo de 1811, de su capitulación, y de las tres defensas del enclave que, hasta su rendición en abril de 1812, protagonizaron los soldados imperiales frente al ejército anglo-portugués. Analiza las tácticas que se pusieron en práctica, las

actividades desarrolladas durante la ocupación de estas Plazas de gran valor estratégico y los obstáculos que encontraron para conservarlas, y explica las razones por las que la historiografía española no ha dedicado al estudio de los padecidos por Badajoz la atención que merecen ni la Historia les ha deparado un lugar de honor, como el reservado a los sitios de Zaragoza y Gerona.

**Palabras claves:** Guerra de la Independencia española; Asedios; Zaragoza; Gerona; Cádiz; Badajoz.



## Os sistemas defensivos da cidade do Porto, 1809-1833

Sérgio Veludo Coelho

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, docente no Curso de Gestão do Património; Licenciado em Ciências Históricas na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto com o seminário “ *As Baterias de Artilharia no Cerco do Porto, 1832-1833* ”, Menção Honrosa do Prémio de História Contemporânea Vítor de Sá 1995, da Universidade do Minho; Mestre em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a tese “*Figurinos Militares da Regeneração, Aparência e Realidade 1848-1892*”; pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada de Lisboa; Doutoramento em História na Universidade Portucalense com a tese “*Arsenais Reais de Lisboa e Porto 1800-1814*”, Prémio Defesa Nacional 2010, já publicada; investigador associado do CITAR; investigador do NEAP e INED; Auditor de Defesa Nacional.

**Resumo:** Na maioria das obras impressas, assim como em documentos manuscritos e contemporâneos da Segunda Invasão Francesa e do Cerco do Porto, ressaltam sempre, justificando a sua importância, as linhas de fortificação e o modo como foram levantadas, dia após dia, nos dois conflitos. Nos arquivos e bibliotecas do Porto, no Arquivo Histórico Militar, em muitas outras bibliotecas e arquivos nacionais e mesmo em estrangeiros como nos National Archives em Kew, Londres, a documentação descritiva desta zona de combate são ricas em descrições narrativas e recente Bicentenário, mas com um forte enfoque nas Linhas de Torres, deixando para um plano de sombra as extensas obras de

gráficas. Assim, no caso da Segunda Invasão Francesa, em 1809, existe uma maior predominância da descrição narrativa das baterias que defendiam a Cidade do Porto à aproximação de Soult. No caso do Cerco do Porto de 1832-1833, as descrições das fortificações estão mais pormenorizadas em relação aos aspetos gráficos, não faltando mapas e as plantas das próprias fortificações, para além de uma abundante e pormenorizada caracterização narrativa. Foi uma tendência natural, até tempos recentes, dar mais destaque às Invasões Francesas, dado o fortificação da Cidade do Porto. Já o Cerco do Porto, profusamente lembrado até à I República, é rico nos seus pormenores, sendo



**As linhas defensivas entre o século XVII e Napoleão**  
Congresso Internacional de Arqueologia e História  
Portugal, 1-2 de Setembro de 2017

amplamente descritos o estado e a evolução quotidiana das linhas defensivas de D. Pedro em muitas publicações, assim como as linhas de Cerco de D. Miguel. Um dos melhores exemplos é a *Chronica Constitucional do Porto*, publicada entre 1832-1833, e que na abertura de cada número, dava conta do quotidiano de D.

Pedro, que visitava diariamente as linhas, acompanhando de perto as obras de fortificação, ordenando constantes aperfeiçoamentos na preparação do Porto para um duro e prolongado cerco.

**Palavras-chave:** 2ª Invasão Francesa; Guerra Peninsular; Cerco do Porto; Fortificações; Baterias.



## Vimeiro 1808 – Arqueologia de uma Batalha da Guerra Peninsular

Rui A. Ribolhos Filipe

Investigador do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa

Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa e Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH – UNL). É investigador do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP – FCSH – UNL) e sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Trabalha em arqueologia desde 1997. Inicialmente sob a direção de Farinha dos Santos e posteriormente sob a direção de F. E. Rodrigues Ferreira. Participou em diversas campanhas arqueológicas como o Mosteiro de São Vicente (1997-2014); Escavação dos restos viscerais de D. João VI (2000); Campanhas do Alqueva (1998-2000); Herdade da Almofadinha, Barrancos (2008) e Campo de Batalha do Vimeiro (2014); Campo de Batalha de Aljubarrota (2016). É autor e coautor de vários artigos de investigação Arqueológica e de História militar. Foi ainda colaborador na criação e organização do Núcleo Arqueológico de São Vicente de Fora; Museu de Barrancos e Centro de Interpretação da batalha do Vimeiro.

**Resumo:** A Batalha do Vimeiro (1808), travada a norte de Lisboa, Portugal, é a primeira grande vitória militar do Duque de Wellington contra o exército Francês. Para a História da intervenção Britânica na Guerra Peninsular/Guerras Napoleónicas, a Batalha do Vimeiro é tão importante como a batalha decisiva em Waterloo (1815). É no Vimeiro que Sir Arthur Wellesley colocou em prática o seu pensamento tático de “como vencer as táticas Napoleónicas” com grande sucesso.

Uma equipa de arqueólogos do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP – FCSH – UNL) liderada pelos investigadores F. E. Rodrigues Ferreira (1943-

2014) e Rui Ribolhos Filipe aplicaram a metodologia arqueológica no campo de batalha, para um melhor entendimento do acontecimento. Os artefactos recolhidos durante os trabalhos incluíram botões, projéteis de mosquete, estilhaços de artilharia, fragmentos de armas e objetos pessoais.

Através dos achados foi possível não só localizar com sucesso parte do campo de batalha, como desenhar um mapa arqueológico representando a dinâmica dos acontecimentos.

**Palavras-chave:** Arqueologia; campo de batalha; Vimeiro; Guerra Peninsular; Wellington.



## A Cidade Quartel de Elvas e as suas fortificações

Rui Jesuíno

Técnico Superior de História e Património Cultural na Câmara Municipal de Elvas

Licenciatura em História e Património Cultural e Curso de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, ambos pela Universidade de Évora. Técnico Superior de História e Património Cultural na Câmara Municipal de Elvas desde 2005, onde desempenha cargo de historiador e técnico responsável pelas áreas de turismo e património cultural. Livros editados: Elvas: duas décadas de poder local. Elvas: Câmara Municipal de Elvas, 2013 / A Toponímia do Concelho de Elvas. Elvas: Câmara Municipal de Elvas, 2016. / Elvas, histórias do Património. Lisboa: Booksfactory, 2016. / Vila Boim: se boa é a terra, melhor é a gente: Lisboa: Colibri, 2017. Principais artigos publicados: "Elvas medieval" in Revista Cultural "Elvas-Caia", 2005. "Forte da Graça" in Revista Património n.º 4. Lisboa: DGPC, 2017. Colunista no jornal Linhas de Elvas, onde semanalmente tem um artigo denominado "Elvas, histórias do seu Património". Participação em diversas conferências e colóquios, destacando-se entre eles: Jornadas Luso-Hispanas, Protecção do Património Histórico Artístico; Évora, o Foral Manuelino e o Devir Quinhentista; Colóquio Internacional Almançor e a Península Ibérica; Os Jesuítas e a Ciência; 11th Symposium, Walled Towns Friendship Circle, Elvas; I e II Congresso Internacional do Caia e Guadiana – História da Vida Quotidiana; I Ciclo de Conferências Cultura a Sul – Elvas; I Jornadas internacionais sobre la frontera hispano portuguesa y sus fortificaciones; III Congreso de Archiveros de Extremadura: Haciendo Historia: Los archivos y las fuentes documentales sobre Extremadura; VI Jornadas de Fortificações Abaluartadas da Raia.

**Resumo:** A cidade de Elvas é o melhor exemplo mundial de uma cidade quartel de fronteira, uma fronteira que é a mais antiga da Europa e uma cidade-quartel que não nasceu *ab initio* mas que se foi adaptando ao longo da história numa convivência perfeita entre o civil, o militar e o religioso.

Actualmente classificada como Património da Humanidade, também por conter as maiores fortificações abaluartadas terrestres

do mundo e ser o melhor exemplo do primeiro sistema de fortificação holandês, a cidade de Elvas contem ainda hoje mais de uma centena de edifícios que tiveram função militar, desde as cercas islâmicas, uma do séc. IX, outra do séc. XII, até ao actual Museu Militar, nascido nas casernas do antigo Regimento de Infantaria 8, junto do Convento de São Domingos.

A cidade de Elvas foi tomada por D. Sancho II em 1230,





abandonada pelas elites guerreiras, religiosa e políticas muçulmanas que se refugiam mais a sul. Cedo se tornou num local estratégico para o comércio e para a guerra, não só pela orografia, em anfiteatro numa colina, mas sobretudo pela sua localização estratégica a dez quilómetros da fronteira com Espanha e da cidade de Badajoz. Tendo sido fulcral durante as demoninadas Guerras Fernandinas, no séc. XIV, altura em que é construída a terceira muralha da cidade, é com a restauração da independência

em 1640 e com a guerra que a seguiu que Elvas ganha superior destaque, tornando-se na primeira Praça-Forte do Reino, denominada pelos monarcas de Chave do Reino, o verdadeiro travão dos ataques espanhóis na fronteira mais cerca da capital portuguesa, Lisboa.

**Palavras-chave:** Fortificações militares; Elvas; Património da Humanidade.



## Castelo Branco e a Beira Baixa na Literatura da Guerra Peninsular (Cartas, memórias e testemunhos)

José Júlio Vaz de Carvalho

Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

José Júlio Vaz de Carvalho, nascido na cidade de Castelo Branco em 1965, Chefe de Polícia, Coordenador de Investigação Criminal e Lofoscopista, dedica-se ao estudo e investigação da historiografia de Castelo Branco e da Beira-Baixa tendo incidido o seu trabalho no estudo interpretação dos castelos medievais das Beiras, autor da maquete da alcáçova quinhentista de Castelo Branco, exposta na Casa da Memória da Presença Judaica da cidade. Tem-se debruçado sobre o período das Guerras Peninsulares, em especial nas áreas da bibliografia produzida à época, cruzando os relatos nela contidos de forma a descobrir pontos comuns que atestem a veracidade dos relatos e a produzir textos que constituam subsídios para a elaboração de uma completa, e mais vasta, história do conflito na região. De várias comunicações e palestras produzidas tem tentado sensibilizar os responsáveis do Município para a importância de recuperar uma pedra funerária, rara, seriamente danificada, do acervo do Museu de F. T. Proença Júnior, relativa a um militar Inglês que faleceu na zona envolvente da cidade. Recentemente publicou artigo divulgando a descoberta de uma imagem inédita de 1808, da cidade albicastrense, durante a investigação de um livro de memórias de um oficial Britânico. Membro da Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, é nessa condição que participa no presente Congresso.

**Resumo:** A região de Castelo Branco, face à sua importante posição geoestratégica que lhe conferem as excelentes condições naturais de defesa, foi palco, embora pouco frequentes e intensos, de combates e escaramuças durante a 2ª Guerra Peninsular, e presença constante de contingentes militares, em trânsito, acantonados ou em bivaque, tendo sido então produzidas várias publicações, com inúmeras referências à região, contributos

preciosos para um estudo aprofundado das consequências socioculturais do conflito na região beirã. Do cruzamento de leitura de livros regimentais, franceses e britânicos e de uma carta transcrita pelo Pe. Ribeiro Cardoso, de autor desconhecido, referida na sua obra “Castelo Branco e o Seu Alfoz” – ed. de Autor, C. Branco, 1952 -, mas coevo dos factos, resultaram curiosas confirmações escritas que atestam a sua veracidade de alguns



factos e ajudam a esclarecer mitos e exageros. António Pires Nunes, no prefácio à obra de J. Teodoro Prata “O Concelho de S. Vicente da Beira na Guerra Peninsular” – 2006, cita a problemática da veracidade de factos relatados e as dúvidas suscitadas quando refere, durante um Congresso Internacional sobre o conflito, ter sido “instado a pronunciar-me se estava certo que os franceses pilharam e sacrificaram arbitrariamente as pessoas ou os seus chefes se mostraram indisciplinados e, de acordo com as leis da

guerra (...) Não soube responder com clareza (...) instalando-se em mim a dúvida.”. Feito o cruzamento dos relatos atrás aludidos, eis que surgem curiosas achegas para um melhor entendimento daquele período na região albicastrense e sul da Beira Baixa.

**Palavras-chave:** Testemunhos; Relatos; cartas; evidências comprovadas; autores militares.



# Cartazes



## Un sistema fortificado complejo: las líneas defensivas de la frontera de río Miño durante la Guerra de la Restauração Portuguesa (1640-1668).

**Rebeca Blanco-Rotea** (Síncrisis, Universidad de Santiago de Compostela. Unidade de Arqueologia, Universidade de Minho), **João Fonte** (Instituto de Ciencias del Patrimonio, CSIC. Department of Archaeology, University of Exeter), **Alejandro Güimil Fariña** (Instituto de Ciencias del Patrimonio, CSIC. DIMENSO)

Rebeca Blanco-Rotea. Doctora en Arqueología (2015) por la Universidad del País Vasco (UPV-EHU) y licenciada en Geografía e Historia (1996) por la Universidade de Santiago de Compostela (España). Especialista en Arqueología del Paisaje y Arqueología de la Arquitectura, sus líneas de investigación se han centrado en el estudio de la arquitectura protohistórica e histórica con metodología arqueológica y en los paisajes fortificados de época moderna. Es investigadora contratada postdoctoral de la Universidad de Santiago, con estancia en la Unidade de Arqueologia da Universidade de Minho (Portugal). Es investigadora colaboradora del Instituto de Ciencias del Patrimonio del CSIC. Coordinadora de la Sección de Patrimonio y Bienes Culturales del Consello da Cultura Galega y miembro del plenario de esta misma institución.

João Fonte. Doctor en Arqueología por la Universidad de Santiago de Compostela (2015), habiendo disfrutado de una beca predoctoral de la Fundación para la Ciencia y la Tecnología. Diploma de Estudios Avanzados en Arqueología por la Universidade de Santiago de Compostela, con el reconocimiento de grado de máster por la Universidade de Coimbra (2010). Máster en Sistemas de Información Geográfica por la Universidade de Porto (2008). Licenciado en Historia, variante de Arqueología, por la Universidade de Minho (2006). Actualmente es investigador contratado postdoctoral del Instituto de Ciencias del Patrimonio, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, con estancia en el Department of Archaeology, University of Exeter (UK). Áreas de especialización: Arqueología del Paisaje, tecnologías geoespaciales y protohistoria y romanización del Noroeste Peninsular.

Alejandro Güimil Fariña. Licenciado en Historia (2006) y DEA (2009) por la Universidade de Santiago de Compostela (España). Arqueólogo Especialista en Tecnologías Geoespaciales aplicadas al análisis y gestión del Patrimonio Cultural. Es investigador colaborador del Instituto de Ciencias del Patrimonio del CSIC, coordinador y docente en el Curso de Postgrado de Especialización del CSIC Tecnologías Digitales de Documentación Geométrica y representación del Patrimonio y, arqueólogo especialista en Sistemas de Información Geográfica, documentación y representación 3D del Patrimonio en DIMENSO.

**Resumen:** Tras el estallido de la Guerra de la Restauração (1640-1668), con la proclamación del Duque de Bragança como João IV,

una de las primeras acciones realizadas fue reforzar la frontera hispano-portuguesa, construyendo un complejo sistema defensivo, que moderniza las defensas medievales, las adapta al nuevo arte



de la guerra y las completa con fortificaciones de nueva tipología, trincheras y otras estructuras complementarias, transformando el anterior paisaje medieval en un nuevo paisaje donde se combinan varias líneas defensivas. En este póster se mostrará el proceso de investigación de este paisaje fortificado desde la arqueología y las tecnologías geoespaciales, mediante una perspectiva combinada entre la Arqueología de la Arquitectura y la Arqueología del Paisaje, usando técnicas como la teledetección, la prospección arqueológica y arquitectónica, el análisis de fuentes documentales o los análisis espaciales y de percepción.

Gracias al uso de estos análisis y de los modelos digitales del

terreno, podremos observar cómo se combinan diferentes defensas situadas en emplazamientos de distintas características: la línea de frontera a orillas del río Miño; las líneas que protegen las poblaciones principales, los pasos de barcas y las vías de tránsito; y un sistema de vigilancia en altura. Todas ellas, combinadas, generaron un modelo defensivo que adapta al territorio las máximas de la fortificación abaluartada, desarrolladas por la tratadística militar durante los siglos XVI, XVII y XVIII.

**Palabras clave:** Arqueología del Paisaje; Arqueología de la Arquitectura; Tecnologías Geoespaciales; Edad Moderna; Guerra da Restauração Portuguesa



## O sistema de fortificação do rio Guadiana, no Baixo Alentejo, durante a Guerra da Restauração

Emília Salvado Borges

Mestre em História Moderna

Licenciada em História, Pós-Graduada em História Regional e Local e Mestre em História Moderna, tem-se dedicado ao estudo da História do Alentejo no Antigo Regime. Entre as suas publicações, destacam-se: *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Colibri, 2015 (distinguido com menção honrosa do Prémio Defesa Nacional 2015); *Homens, Fazenda e Poder no Alentejo de Setecentos – O caso de Cuba*, Lisboa, Colibri, 2003; *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior – Cuba (1586-1799)*, Lisboa, Colibri, 1996; *O Concelho de Cuba – Subsídios para o seu inventário artístico* (1ª edição: 1981), 3ª edição revista e aumentada, Lisboa, Colibri, 1999; *O Concelho de Cuba nas Memórias Paroquiais de 1758*, Lisboa, Colibri, 1994; “O motim popular de Beja em 1637”, *Ler História*, 43 (2002), pp. 5-37; “O Alentejo de Fialho de Almeida”, comunicação no *Congresso Internacional Portugal no Tempo de Fialho de Almeida*, Novembro de 2011 (no prelo).

**Resumo:** A defesa de Portugal após a restauração da independência em 1640, pressupunha a existência de uma linha de fortificações na fronteira terrestre com Espanha, de modo a impedir a invasão inimiga. Porém, a constante falta de dinheiro fez protelar as obras de fortificação das praças do Baixo Alentejo, nomeadamente, as de Beja, Serpa e Moura. Por outro lado, as características geográficas da região, sem serras intransponíveis e onde os rios se vadeavam facilmente durante a estação seca,

conduziram à necessidade de criar uma linha de pequenos fortins, na margem direita do rio Guadiana. Há notícia da construção de nove fortins, entre 1645 e 1660. O fortim melhor conservado é o forte de D. Isabel, em Quintos, cuja estrutura em forma de naveta o faz parecer um barco ancorado na margem do rio.

**Palavras-chave:** fortins, linhas defensivas, rio Guadiana, Restauração.



## A Linha de Defesa da Margem Sul - Almada (1812-1813)

Fernando Henriques e Telmo António

Arqueólogos, Câmara Municipal de Almada

Fernando Jorge Robles Henriques. Nascido em Amareleja - Moura (Maio de 1969). Licenciado em História pela Universidade Lusíada, no ano de 1999. Arqueólogo da Câmara Municipal de Almada, com participação em projectos da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), Centro de Arqueologia de Almada e de outras instituições e investigadores. Desenvolvimento da actividade no âmbito da arqueologia empresarial (colaboração com as empresas de arqueologia EMERITA, Zephyros e Muntu Ardhi), com direcção e intervenção em Estudos de Impacte Ambiental, Prospecções, Escavações e Acompanhamentos.

Telmo Filipe Alves António. Nasceu em Lisboa (Dezembro de 1974). É licenciado em História, variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano de 1996. Arqueólogo na Câmara Municipal de Almada. Colaboração com as empresas EMERITA e Zephyros Arqueologia no domínio da arqueologia empresarial, em cujo âmbito dirigiu ou participou em trabalhos a nível nacional (Estudos de Impacte Ambiental, Escavações e Acompanhamentos).

**Resumo:** Apesar de não constar da directiva inicial de outubro de 1809, o conjunto de fortificações da Linha de Defesa da Margem Sul, designado posteriormente como 4ª Linha, foi constituído por ordem de Wellesley. É representado em diferentes fontes cartográficas incluindo a aqui reproduzida “Planta do terreno desde Cacilhas até à costa a Oeste e Sudoeste da Trafaria com a linha fortificada sobre esse mesmo terreno”, da autoria de Manuel Joaquim Brandão de Sousa. Em Novembro de 1810, o exército francês encontrava-se bloqueado nas linhas a norte de Lisboa.

Nesse momento, a atenção dos aliados debruçou-se sobre Almada, uma vez que prevalecia a ameaça de entrada pelo Alentejo do 5º Corpo de Sult. Os trabalhos de planeamento foram executados no início daquele mês, sob orientação do capitão Goldfinch. Este oficial encarregou-se do reconhecimento do terreno, acompanhado pelo tenente Rice Jones, com colaboração das entidades portuguesas. Qualquer investida a partir da região Alentejana teria de ser neutralizada na Península de Setúbal e, no limite, na linha de fortificações da Margem Sul. A estratégia de implantação





procurava garantir a manutenção de pontos de importância estratégica, nomeadamente o Pragal e o Monte da Caparica, povoações que controlavam cruciais vias de circulação. Consequentemente, foi determinado um alinhamento de onze fortes, dominantes em altura. Esta força foi consolidada com dois redutos na Raposeira, iniciados em 1810-11, e complementada posteriormente com oito fortes de dianteira, erguidos em terrenos que controlavam vales e terrenos favoráveis à aproximação terrestre. O seu posicionamento permitia um cruzamento de fogo considerado suficiente para neutralizar qualquer incursão dirigida à faixa norte do concelho. Nunca se registariam, no entanto,

combates ou, sequer, ocupação duradoura dos redutos por guarnições em número considerável de homens.

A identificação dos antigos fortes oitocentistas foi incluída nos trabalhos de prospeção de campo realizados no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica de Almada, projeto do Museu de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Almada. A tentativa de realocização foi orientada por escassas informações escritas, toponímia e avaliação das características do terreno. Não obstante, os esforços resultaram na obtenção de escassos testemunhos.

**Palavras-chave:** Almada; Arqueologia Urbana; Invasões Francesas; Fortes e Baterias Militares



## Bateria da Barca do Pocinho: Localização, estrutura e importância militar para a defesa de Trás-os-Montes

Rodrigo Dias

Arqueólogo

Frequentou a Escola Profissional do Freixo, tendo concluído os estudos como Assistente de Arqueólogo em 1999. Concluiu a Licenciatura em Arqueologia pela Universidade do Minho em 2008. Trabalhou na Fundação Cidade da Ammaia, Mosteiro S. João de Tarouca, Necrópole de Santa Maria dos Olivais - Tomar, na Equipa de Arte Rupestre no Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, entre outros. Com artigos publicados, destacam-se: "El sitio fortificado del Castelhinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de Edad del Hierro" e "A Rocha 1 da Quinta do Feiticeiro (Cardanha, Torre de Moncorvo): Contribuições para o estudo imaginário guerreiro e cinegético da Idade do Ferro".

**Resumo:** Pretende-se comunicar a identificação de uma bateria por parte dos signatários, enquanto estes se encontravam em Trás-os-Montes, integrados num projecto de arqueologia de salvamento, apesar de esta se encontrar fora da área de influência do mesmo.

A deslocação ao local, por curiosidade, que resultou na identificação da estrutura, foi motivada pela pesquisa de fontes documentais, que referiam a existência de construções militares edificadas no contexto das Guerras Peninsulares.

Foi detectada uma estrutura pouco perceptível, cuja planta completa não foi possível discernir, a meia encosta, quase

totalmente oculta pela vegetação. A mesma é composta por um talude virado para o Rio Douro, sendo a face interna delimitada por um muro vertical, em pedra seca, composto por seixos, material abundante no local. Deste muro apenas se encontram visíveis pequenos troços, mas tudo indica que a estrutura estará bem conservada.

Esta bateria fará, provavelmente, parte de um conjunto de estruturas defensivas edificadas pela população de Moncorvo, após a "revolta" de Bragança, motivada pelo descontentamento perante a ocupação Francesa, a pedido do General Sepúlveda e destinar-se-ia a defender um ponto estratégico, a Barca do Pocinho,



barrando a travessia do Douro e conseqüente avanço das tropas de Junot por Trás-os-Montes.

Poderá ainda ter sido utilizada aquando do combate da barca do pocinho, a 17 de Janeiro de 1811.

Consideramos que seria importante a limpeza, levantamento topográfico, e, eventualmente, escavação arqueológica da bateria,

dado o escasso conhecimento referente a estruturas desta tipologia nesta região, assim como promover a sua protecção e eventual valorização.

**Palavras-chave:** Trás-os-Montes; Pocinho; Bateria; Guerras Peninsulares.



## Escavação arqueológica da obra militar n.º 38 do sistema defensivo das Linhas de Torres - Forte da Casa - Vila Franca de Xira – 2010

João Pimenta e Henrique Mendes

Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

João Pimenta. Licenciado em História Variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, durante os anos de 1996-2000. Mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano de 2004, com o projeto de Investigação – As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). Técnico Superior de Arqueologia do IPPAR entre 1996 e 2006. Tendo desenvolvido diversos trabalhos de escavação e investigação na Cidade de Lisboa, em particular nos projetos do Castelo de São Jorge e Sé de Lisboa. Desde 2006 é Técnico Superior de arqueologia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Dirigiu trabalhos de escavação em Oliveira do Hospital, Póvoa de Santa Iria, Alverca do Ribatejo, Alhandra, Vila Franca de Xira, Castanheira do Ribatejo, Salvaterra de Magos, Santarém e Alpiarça. Participação e comunicante em diversos Congressos Nacionais e Internacionais de Arqueologia. Com seis livros e mais de seis dezenas de artigos publicados de Arqueologia de época Moderna, Medieval, Romana, Romana Republicana, Idade do Ferro, Idade do Bronze, Neolítico e Arqueologia Urbana.

Henrique Mendes. Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa, durante os anos de 1992-1996. Mestrando de História e Arqueologia Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Técnico Superior de Arqueologia do IPPAR entre 1996 e 1997. Arqueólogo da Câmara Municipal de Santarém entre 1998 e 2000. Técnico Superior de Arqueologia do IPPAR entre 2000 e 2006. Desde 2006 é Técnico Superior de arqueologia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Dirigiu trabalhos de escavação em Santarém, Póvoa de Santa Iria, Alverca do Ribatejo, Alhandra, Vila Franca de Xira, Castanheira do Ribatejo, Salvaterra de Magos e Alpiarça. Participação e comunicante em diversos Congressos Nacionais de Arqueologia. Com dois livros e mais de duas dezenas de artigos publicados de Arqueologia.

**Resumo:** No âmbito do projecto Intermunicipal «Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras», o Museu Municipal de Vila Franca de Xira, desenvolveu escavações arqueológicas, na obra militar n.º 38 da antiga Serra da Albueira.

Esta expressiva obra militar que deu o nome à actual sede de Freguesia do Forte da Casa, fez parte do complexo sistema defensivo edificado em segredo em inícios do século XIX (1809-



1811), para fazer frente à invasão Francesa que se avizinhava no contexto das guerras Peninsulares.

O forte em análise não pode ser entendido isolado, sendo essencial ter em conta o seu enquadramento para compreensão do seu poder de fogo. O forte em análise apresenta planta em estrela, com 6 canhoneiras e era destinado a 340 homens de infantaria. O seu objectivo era impedir o avanço pela estrada real de Dona Maria I, em direcção a Lisboa. Tendo com este propósito sido edificadas diversos fortes nesta serra, e nas proximidades do rio Tejo.

A escavação arqueológica realizada no Forte n.º 38, permitiu analisar pela primeira vez as técnicas de construção destas obras militares, sublinhando o cariz inovador da sua planta e organização interna.

As investigações a decorrer no interior do Forte atestam as suas múltiplas utilizações ao longo dos dois últimos séculos. Contudo apesar dessas variadas vivências e reutilizações do espaço, permanecem preservadas estruturas correlacionadas com a sua primeira ocupação de cariz militar.

Numa primeira fase, a escavação efetuada entre Abril e Julho de 2008 incidiu em algumas sondagens. A sua leitura permitiu verificar a planta do antigo paiol e de uma ampla muralha de apoio às canhoneiras da plataforma superior.

Foi em torno destas realidades de índole patrimonial, a par com o pouco que se encontra visível da estrutura das muralhas do antigo

forte, que se desenvolveu o projeto de arquitetura de reabilitação deste monumento.

A segunda fase dos trabalhos arqueológicos, decorreu em 2010 na sequência do projecto de musealização do sítio.

Estes trabalhos permitiram aduzir novas valências ao conhecimento desta obra militar vindo conduzir a alterações e adaptações ao projeto inicial. Entre estas novas valências, descobriu-se na plataforma inferior do forte os vestígios de duas das estruturas pétreas, onde se implantavam as peças de artilharia do exército luso-britânico, destinadas a cruzar fogo com a estrada real e o rio Tejo.

**Palavras-chave:** Linhas Defensivas de Torres Vedras; Forte da Casa; escavação arqueológica; Vila Franca de Xira.